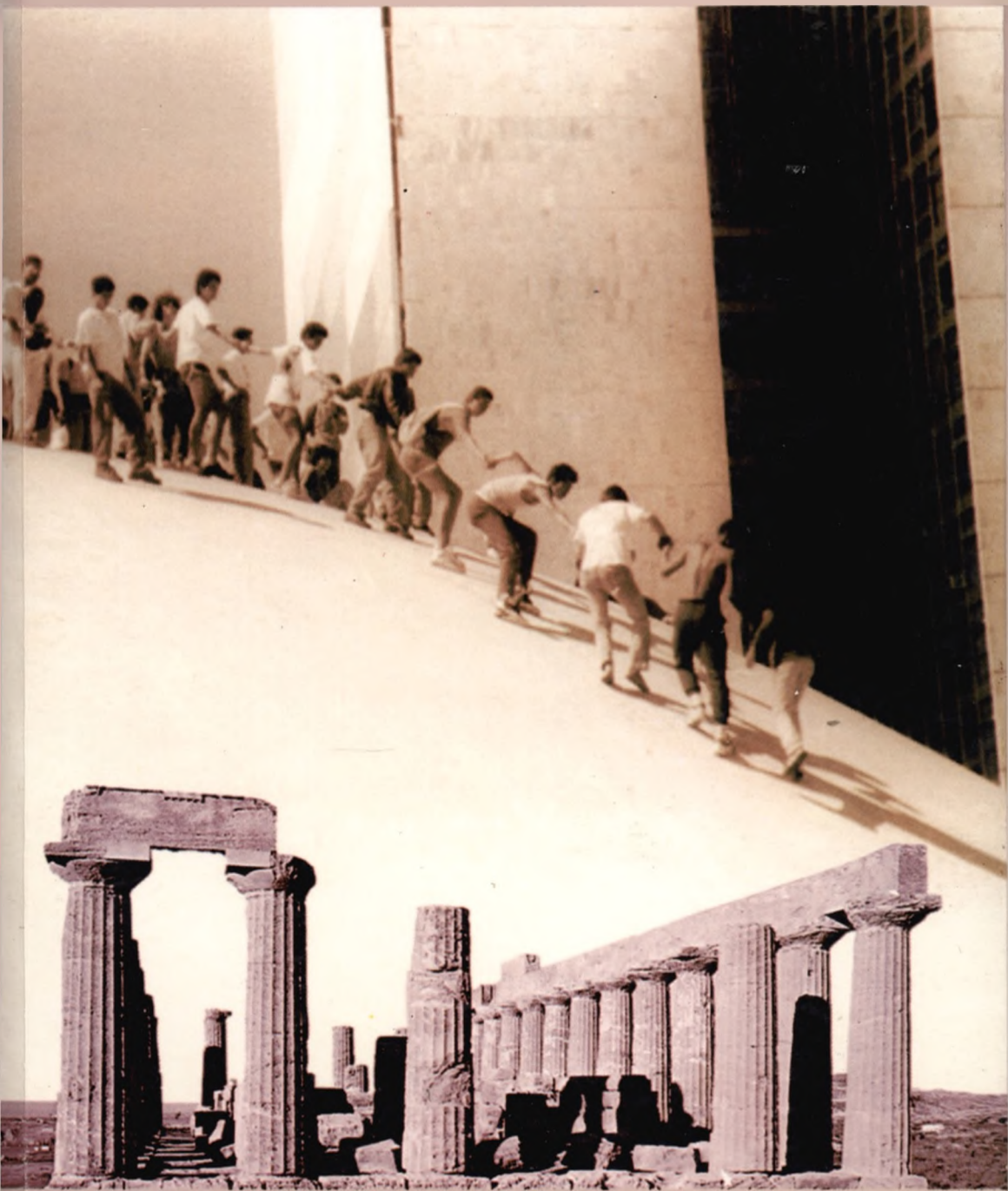


democracia a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

**DEMOCRACIA
A GRANDE REVOLUÇÃO**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

João Claudio Todorov

Vice-Reitor

Erico Paulo Siegmar Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Ficher

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA

UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar
70.300-500 - Brasília - DF
FAX: (061) 225-5611

Copyright © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

Impresso no Brasil

EDITORES

TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

SONJA SAMPAIO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

LUÍZA MARIA ROCHA NERY

CAPA

FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA

SUPERVISÃO GRÁFICA

ELMANO RODRIGUES PINHEIRO

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383 Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.
II. Título.

CDU 32
321.7

SUMÁRIO

Apresentação

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

Introdução

Democracia: a grande revolução, 11

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

I - A construção da democracia

A revitalização da arte da política, 15

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

II - Democracia: das origens à modernidade

Celebrando 2.500 anos de democracia, 31

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

A evolução da democracia representativa, 37

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

III - Democracia no século XXI

O desafio da equidade, 43

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

Debatedores

Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

Democracia com equidade: um direito?, 67

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

IV - Democracia na Ibero-América

O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

Formação da democracia na Colômbia, 133

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

V - Democracia no Pós-Comunismo

A política no pós-comunismo, 145

Jeliu Jeleu – Presidente da República da Bulgária

A evolução política e constitucional da Polônia, 149

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

APRESENTAÇÃO

Hermes Zaneti
Coordenador do Projeto Constituição

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori¹ faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori² que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski³:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

¹ Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

² *Idem*, *ibidem*: 24.

³ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.⁴ Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos⁵.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington⁶, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

⁴ *Idem, ibidem*: 58.

⁵ *Idem, ibidem*: 12.

⁶ Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,⁷ “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

⁷ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

CUBA: A DETERMINAÇÃO POR UM CAMINHO PRÓPRIO

Jorge Lezcano Perez
Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

É uma honra para mim e para o Parlamento cubano poder participar desse exercício de análise e reflexão dos conceitos de democracia e das perspectivas e possibilidades que existem no mundo atual, com as transformações tão extraordinárias que têm ocorrido para os nossos povos e em particular para a América Latina.

É importante analisar o mundo em geral para que se possa não só conhecer, do ponto de vista conceitual e teórico, a formulação legal do que é democracia, mas também senti-la na própria vida, aproveitar e desfrutar de suas vantagens, de suas qualidades, de seus benefícios no dia-a-dia de cada indivíduo e de cada família.

Em primeiro lugar formularia as seguintes questões. Para quem é a democracia? Para quantos são a democracia? De qual democracia falamos? É da democracia que se originou na antiga Grécia ou da democracia que, a partir dessas raízes, tem se transformado no mundo atual?

Prefiro continuar concebendo a democracia como na antiga Grécia, como o poder do povo, para o povo, pelo povo; em que o povo participa de forma ativa nas decisões que têm relação com a sua vida. Se é a essa democracia que estamos nos referindo, creio que em nenhum país do mundo atual temos encontrado, todavia, esse ideal de democracia. É a utopia que todos perseguimos e que, no entanto, ainda não alcançamos. De qual democracia podem desfrutar os analfabetos, os que morrem de fome, os que morrem de enfermidades curáveis?

Cito algumas cifras que foram divulgadas pelos organismos especializados das Nações Unidas quando foi convocada a Cúpula de Copenhague: ¼ da população do mundo vive em miséria absoluta; dois bilhões de pessoas não têm acesso à água potável; 700 milhões de seres humanos sofrem de desnutrição; 14 milhões de crianças morrem por ano de enfermidades evitáveis; um bilhão de habitantes do planeta são analfabetos. Eles não sabem ler a Constituição de seus países, nem suas leis, tão pouco escrever o conceito de democracia. O desemprego afeta 800 milhões de uma população economicamente ativa em torno de 2.700 milhões de pessoas; 500 mil mulheres morrem anualmente por motivos relacionados com a maternidade e 300 milhões de mulheres não possuem nenhum meio para evitar a gravidez.

Para esses seres, qual o sentido da democracia? Quais os sistemas, os regimes, dos países que têm encontrado as soluções para estes males tão graves?

Não me refiro à democracia formal, nem à democracia que se exerce hoje nas Nações Unidas. O Conselho de Segurança da ONU está dominado por alguns poucos países que têm o direito ao veto. Eles têm o direito de estar acima da maioria dos países representados na ONU e de não assumir o critério que o resto do mundo pode ter sobre determinado aspecto. Outorgam para si o direito, em nome da democracia e da paz, de utilizar forças militares em vez de empregar o diálogo, de adotar a conversação e a via pacífica.

Em escala global, verificamos que a ONU tem de começar a democratizar-se, porque não goza de um ideal de democracia e isto afeta mais de 150 ou 180 países que formam as Nações Unidas.

Creio estar expressando o pensamento da imensa maioria do meu povo, do Parlamento do meu País, quando afirmo que não pode haver democracia sem justiça social e sem equidade, em um mundo em que alguns têm renda *per capita* de 30 mil dólares e outros de apenas 200 dólares, onde nem todos têm direito ao bem-estar e à vida. Sob estes princípios é que se organiza o sistema político, econômico e social e da democracia no meu País.

Para entender as bases e os fundamentos do projeto político, econômico e social que o povo cubano, de maneira soberana, está levando a cabo, é preciso aprofundar-nos nas raízes históricas que deram origem ao que hoje fazemos em Cuba. Nosso povo tem uma profunda vocação democrática, constituinte e do valor do império do direito da legalidade, como elemento básico da igualdade, da liberdade e da justiça social.

Há mais de 100 anos, quando Cuba era colônia da Espanha, em plena campanha militar para derrotar o Exército espanhol e alcançar a independência, os patriotas cubanos haviam discutido e aprovado democraticamente 4 constituições onde se consagrava a idéia de pátria, de irmandade e justiça que vinculam, indissolivelmente, a independência nacional com a igualdade social e a solidariedade humana.

São por essas razões que, para ser fiel e conseqüente com os próceres da independência cubana, o artigo 1º da atual Constituição cubana, aprovada em referendo público por voto direto e secreto, por mais de 97% de toda a população com idade eleitoral, que em meu País é a partir dos 16 anos, é estabelecido o seguinte: "Cuba é um Estado socialista de trabalhadores, independente e soberano, organizado com todos e para o bem de todos, como República unitária e democrática, para o desfrute da liberdade política, da justiça social e bem-estar individual e coletivo e da solidariedade

humana”. Sinto-me obrigado a citar, também, para que melhor se compreenda as particularidades do processo democrático cubano, o apóstolo de nossa independência, José Martí, profundo visionário que soube interpretar as realidades políticas, econômicas e sociais de seu tempo e lançá-las ao mundo como um desafio de vidência extraordinária não só em Cuba, mas em todos os povos da América, essa pátria, nossa América, que ele concebeu como uma só, como havia sonhado antes Simón Bolívar e outros próceres independentistas latino-americanos.

Cito agora Martí: “... O bom governante da América não é aquele que sabe como governa o alemão ou o francês, é sim aquele que sabe com que elementos é construído o seu país, e como ir guiando-os em conjunto para chegar por métodos e instituições nascidas dentro do próprio país àquele estado apetecível, onde cada homem se conhece, exerce e desfruta da abundância que a natureza pôs à disposição de todos os povos que fecundam com seu trabalho e defendem com suas vidas. O governo tem de nascer do país. O espírito do governo tem que ser o do país. A forma de governo tem que vir da constituição própria do país”¹, e também: “Nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. Não nos é mais necessária. Os políticos nacionais irão sobrepujar os políticos exóticos. Inserta-se em nossa República no mundo, mas o tronco há de ser o da nossa República”². Este pensamento de Martí está plenamente vigente hoje no sistema político, econômico e social. Os pensamentos de Martí guiam nosso projeto como um fio condutor; pensamentos profundamente autônomos que levam em conta as nossas raízes históricas, que nasceram de nossas próprias concepções, de nossas realidades, de nossas necessidades. Tomam como pressuposto o que é considerado universal no mundo em matéria de organização política, econômica e social, de justiça, de equidade, porém se transforma e se aplica de acordo com a realidade cubana.

Por este processo, nosso projeto se diferencia tanto de outros projetos, os quais respeitamos profundamente. Respeitamos as idéias alheias que têm concepções diferentes das nossas, mas pedimos também respeito para com as nossas idéias. Não queremos que as respaldem, que as compartilhem, mas que entendam e que compreendam que fazem parte de um exercício totalmente soberano, que tem raízes profundas, que não nasceram no Estado

¹ Martí, José. *Nuestra América. Textos Martianos*. Edición Crítica, Editora Política, 1995, pp 4 -5.

² *Idem, ibidem*, p. 6.

Soviético, e sim na “manigua” cubana há 127 anos e depois foram enriquecidas com o pensamento universal do marxismo, do leninismo, de cujas concepções não nos afastamos nem nos arrependemos. Isso digo com toda franqueza, com toda sinceridade. Tratamos de transformá-lo com as nossas particularidades, com as nossas especificidades e evitamos todo tipo de dogmas. Mas os dogmas não só se encontram na esquerda. Os dogmas não só se encontram na interpretação do marxismo. Eles se encontram também na direita, nas concepções de direita, de uma extrema-direita, que nega todo tipo de sistema que não seja igual ao seu; todo tipo de concepção democrática que não seja a sua, enfatizando-a como a melhor do mundo, sobretudo nos tomando como referência.

Vocês podem nos compreender. O vizinho de terras tão próximas, tão poderoso, leva tantos anos tentando destruir nossa Revolução e derrotar nosso projeto social, impondo-nos seu próprio projeto de democracia. Como exemplo de unidade nacional, em todo momento de sua história, nosso País nunca deixou de estar espreitado pelo império norte-americano, que sempre quis anexar Cuba aos Estados Unidos.

O que é para os Estados Unidos a democracia? Um esquema que nem sequer o cumpre. Para os Estados Unidos, democracia é pluripartidarismo. Pluripartidarismo de dois, porque sequer admitem três partidos. Para os Estados Unidos democracia é propriedade privada em todos os setores do capitalismo. É uma forma de entender os direitos humanos à sua própria maneira. É uma forma de eleger seus dirigentes. Isso é democracia para os Estados Unidos, e é esse esquema que procuram impor no mundo atual e principalmente em Cuba por estar tão perto. Para nós democracia é muito mais do que isso, sem haver ainda alcançado o ideal e estando em constante aperfeiçoamento o nosso sistema. É um conceito de real participação do povo. Em que o povo não tem só o direito de eleger os seus dirigentes, mas de controlá-los. A cada seis meses, em meu País, os deputados com cargos eletivos têm de se reunir com seus eleitores e prestar-lhes conta.

Nesse momento apresento, de maneira prática, como está organizado o modelo e a democracia de participação social em Cuba. Em primeiro lugar, como se organizam as instituições do Estado e de que maneira o povo nelas participa.

Começemos pelo Parlamento. E por que pelo Parlamento? Porque em nossa Constituição o Parlamento é o órgão supremo do Estado que expressa e representa direta e indiretamente a vontade do povo. Nosso Parlamento é o único órgão constituinte do País; é o único órgão que aprova as leis, que

elege e designa os ministros, aprova o orçamento do Estado, aprova as políticas interna e externa, aprova os fiscais gerais e os juizes do Tribunal Supremo Popular, elege o Conselho de Estado e o Presidente do Conselho de Estado e, portanto, elege o Presidente do País. O Presidente do Conselho de Estado é o Presidente do País. Assim sendo, o Presidente é eleito de maneira indireta, como em muitos outros países, como os Estados Unidos por exemplo, que é o “campeão” da democracia.

A nosso juízo, o nosso projeto é muito mais democrático do que o dos norte-americanos pela forma como elegemos nossos deputados. Os deputados do meu País se elegem por proporção de 1 para 20 mil habitantes ou fração maior do que 10 mil. Isto dá uma cifra de 589 deputados que integram o Parlamento, que é unicameral. Os deputados são eleitos por 5 anos e por voto direto e secreto. Portanto, para ser Presidente em meu País tem que se submeter a dois processos eleitorais. Primeiro, como o exemplo do Presidente Fidel Castro Ruz, tem que ser eleito deputado por voto direto e secreto e, segundo, ser eleito pelos 589 deputados por voto direto e secreto. Outros processos são democráticos, mas esse nosso processo é profundamente democrático.

Em meu País existe um só partido. No mundo existem diferentes interpretações que não concebem a existência de um só partido em nosso País como sinônimo de democracia. A existência de um só partido em Cuba não é porque esteja escrito no marxismo, no leninismo ou porque desta forma estava organizada a União Soviética e se copiou desse sistema, mas porque faz parte, como o atual processo no seu conjunto, de um processo arraigado profundamente na história.

Quando Martí organizou a independência de Cuba, organizou um só partido, embora existissem mais correntes políticas na época, como os anexionistas e os reformistas. É nesse tronco que nós encontramos a filosofia da importância para Cuba do unipartidarismo.

O meu País conheceu também o pluripartidarismo. Por 60 anos Cuba teve um sistema de vários partidos, que trouxe como consequência ditaduras militares terríveis por 3 ou 4 períodos. Este sistema não as impediu, e em muitos casos as favoreceu. A existência de vários partidos não foi sinônimo de soberania e defesa da integridade nacional. Cuba, em um sistema de vários partidos, era governada a partir da embaixada norte-americana. Esta realidade histórica é reconhecida pelos próprios Estados Unidos. A existência de vários partidos não acabou com o desemprego, com a miséria, com a fome, com a insalubridade, com o analfabetismo. Essa é a realidade.

O povo cubano sabe o que é o sistema pluripartidário. Conscientemente em Cuba só há uma organização política partidária. Ela tem garantido que o partido não seja apenas um partido eleitoral, mas desempenhe uma função de direção política, econômica e social que não administra, que não governa, que não interfere nessas funções, porém, é responsável pela vida cotidiana da população. Por isso, o partido cubano não postula nenhum candidato. É o povo diretamente, no nível da comunidade, que elege os delegados das assembléias municipais, que nomeia e propõe seus candidatos. São sempre mais de dois, e até oito, para que o povo possa escolher. E quando se trata de deputados, as candidaturas correspondem às das organizações sociais, às da sociedade civil, que tanta importância e reconhecimento tem no mundo de hoje. Nomeia-se uma comissão que é presidida pelos dirigentes sindicais, já que a organização operária é a mais importante do País, mas está integrada também por dirigentes, estudantes do ensino médio, jovens de 13 a 15 anos, pela organização dos estudantes universitários, pela organização das mulheres, pela organização dos camponeses e pela organização dos Comitês de Defesa da Revolução, que são as organizações majoritárias no País. Nelas militam 8 milhões de pessoas. Essas organizações se encarregam de fazer propostas, não ao povo, mas aos delegados das assembléias municipais, pois estes são os únicos que podem propor candidatos.

Os delegados das assembléias municipais são propostos pelo povo e depois eleitos diretamente por voto secreto da população. Este é um sistema diferente dos outros, contudo caracterizado por uma participação da população de maneira muito simples. É dessa maneira que se elegem os delegados, os deputados e o Presidente.

O Parlamento cubano tem, no mínimo, 2 deputados por município. O País está dividido em 14 províncias que é o equivalente aos Estados brasileiros. Há grandes diferenças no número de habitantes e extensão territorial. O número de municípios é de 169. Cada um dos 169 municípios elege no mínimo 2 deputados por 20.000 habitantes. Tem município que em razão do número de habitantes pode eleger 8, 9 ou até 10 deputados. Cinquenta por cento dos deputados cubanos por lei têm de ser eleitos antes como delegado a nível de circunscrição, nomeados e eleitos diretamente pelo povo. Assim, se garante que no Parlamento cubano estejam os trabalhadores mais humildes, os estudantes de menor idade ou qualquer outra pessoa que pertença à toda camada social.

O Parlamento cubano centra seus objetivos fundamentais, nestes momentos, na aplicação de medidas que possam permitir ao País sair da crise

econômica. Internamente está prevista a aprovação de leis necessárias às transformações econômicas que permitam melhorar a situação financeira do País, e que isso seja possível, efetivamente, por via legal.

Isso se dá num sistema concreto de participação das massas na solução de seus problemas, num sistema coerente e integral de participação na estrutura através da Assembléia Nacional com seus deputados, de Assembléias Provinciais do Poder Popular com 1.190 delegados e das Assembléias Municipais integradas por 14.229 delegados. Esse conjunto, de todos os representantes do povo, participa de maneira direta na análise e discussão dos problemas da população. É um sistema que se complementa com a participação da população organizada através de suas instituições. Em meu País todo o povo está organizado, as crianças numa organização de pioneiros, os trabalhadores, as mulheres, os camponeses, os intelectuais, as donas-de-casa, os bairros. A Constituição prevê, reconhece e apóia o papel dessas organizações e da sociedade civil, e elas têm o direito legislativo, ou seja, podem propor leis como qualquer deputado. Não só deputados podem propor leis, mas os ministérios na área de sua competência, e diretamente a população mediante a assinatura de 10.000 cidadãos. Esse sistema integral de participação proporciona uma coerência e unidade muito ampla, em todos os aspectos da vida política, econômica e social do País.

Em geral ouve-se falar da crise econômica, dos problemas, das dificuldades pelas quais está passando a população cubana, porém nem sempre se tem a clareza ou faltam informações necessárias ao tremendo desafio que enfrentamos e necessidades pelas quais passamos.

Com o desaparecimento dos governos socialistas da Europa do Leste e a desintegração da URSS, perdemos 85% dos nossos principais mercados comerciais. Da noite para o dia Cuba se viu privada em 70% de todas as suas importações. Imaginem que no Brasil vocês amanheçam sem 70% do que importam e dos dólares provenientes de suas exportações. O abastecimento de combustível diminuiu em 55%. Além disso, aos bancos ou instituições financeiras internacionais está proibido emprestar-nos um só centavo de dólar. Outro fator é o bloqueio feroz, econômico e comercial, que o governo norte-americano impôs quando caiu o socialismo na Europa Central e na URSS. Isto tem provocado um dano econômico ao País de 45 bilhões de dólares.

Só o fato de perder 45 bilhões de dólares não é fácil para a economia de um país. Por isso é que o PIB durante 4 anos caiu em 34%. Ficamos sem energia elétrica, com cortes constantes; desceu o nível global de produção.

Por falta de garantias e segurança, caiu a produção de alimentos, a produção de açúcar, paralisaram-se ou semiparalisaram-se as indústrias, que sem matérias-primas não podiam ofertar nenhum produto para poder usar a moeda e, portanto, desmotivou por completo a produção. A produtividade caiu e se quebrou o ritmo de trabalho em Cuba.

Os cubanos, para viver com um mínimo de dignidade, para se alimentarem, receberam uma cesta básica de produtos alimentícios totalmente subvencionada pelo governo. Para ter direito a essa cesta básica subvencionada, as pessoas não necessitavam trabalhar. Então criou-se um círculo vicioso que, por sua vez, gerou uma situação econômica desastrosa. Que país em condições similares à nossa teria resistido os 5 anos como temos feito?

Após os fatos ocorridos na Europa do Leste, os Estados Unidos nos deram 6 semanas para que a teoria do dominó chegasse a Cuba e o governo fosse derrubado. Após esse prazo, nos deram 6 meses. Já estamos no sexto ano! A que se atribui esse fenômeno de resistência? Cuba é um país tão pequeno, sem recursos energéticos próprios, sequer dispõe de recursos hidráulicos, mas possui outros grandes recursos. Creio que esta é uma pergunta interessante. Uma reflexão. Ao falar de democracia não me afasto do tema em análise. Para todos os setores religiosos, que respeitamos tanto, e com os quais o governo cubano e o Parlamento mantêm uma relação extraordinariamente boa, ocorreu um milagre. Para nós, esse “milagre” se deve a 3 fatores. O primeiro é a característica do povo. Temos um povo muito unido, educado, com consciência política e uma educação política extraordinária, vocação de independência, de patriotismo e acostumado ao sacrifício. O outro, sem dúvida, reside no sistema, nos benefícios do sistema. Se nosso povo, em meio a essas circunstâncias tão adversas, não se sentisse respaldado, amparado e comprometido com o sistema, já há muito tempo a Revolução cubana teria sido derrotada. Sem a menor sombra de dúvida, se não houvesse uma unidade monolítica do povo, da imensa maioria da população, uma forte identificação do povo com a Direção, não haveríamos resistido, porque o povo percebeu que o governo não o desprotegeu. Nessas circunstâncias tão adversas não se fechou uma só escola. Nenhuma criança ficou sem professor. Não se fechou um só hospital. Ninguém ficou sem assistência médica. Muitas vezes nos aconselharam a trocar o sistema social do País, para fazer o mesmo que fizeram na Rússia e em outros países, e aproveitarmos das benéncias do sistema democrático capitalista. As pressões eram fortes. Foram dadas as mesmas receitas do FMI e do Banco Mundial. Po-

rém, Cuba continuou mantendo seu sistema gratuito de saúde e de educação para todos. Nessas circunstâncias não só mantivemos os sistemas gratuitos como prosseguimos aperfeiçoando-os.

Cuba tem hoje um médico por 194 habitantes. Os Estados Unidos têm um médico por 480 habitantes. No mundo subdesenvolvido, em seu conjunto, há um médico por 5 ou 6 mil habitantes. A taxa anual de mortalidade infantil de menores de um ano, que é reconhecida internacionalmente como a taxa que demonstra os benefícios do sistema, a capacidade econômica e o desenvolvimento, é de menos de 10 falecidos por mil nascidos vivos em Cuba. Na América Latina essa taxa é de 52 por mil. Nos Estados Unidos essa taxa é igual à de Cuba, apesar de todo seu poderio, não podem contar vantagem. Temos a taxa de professores por habitantes mais alta do mundo, ou seja, um professor por 45 habitantes ou 13 estudantes. Cuba tem aproximadamente 2% da população da América Latina, e, apesar da baixa população, temos 9 % de todos os pesquisadores do Continente.

Muitas de nossas fábricas paralisaram ou semi-paralisaram temporariamente, mas ninguém foi despedido. Os que tiveram que paralisar, porque não havia trabalho, receberam um subsídio de 60% de seus salários, o suficiente para adquirir seus alimentos e pagar o aluguel de suas casas. Em Cuba, graças às leis que aprovamos após o triunfo da Revolução, a maioria do povo é dono de sua habitação, e os que não o são pagam somente 8 ou 10% de seu salário pelo aluguel de uma casa digna e confortável. Os aposentados, que são mais de um milhão, não deixaram de receber uma vez sequer as suas pensões. Isso é que explica o “milagre” da resistência de Cuba diante de condições tão adversas.

Em momentos de crises econômicas com as finanças internas desequilibradas, o País tinha que adotar medidas como as que foram adotadas em outros países, para equilibrar o déficit orçamentário e incrementar a produção.

É divulgado pela imprensa internacional, todos os dias, o que se passa na América Latina e como são resolvidos os problemas que temos em Cuba. Teríamos de equilibrar as finanças para cobrir o déficit orçamentário de 5 bilhões de dólares. Havia a necessidade de reajustar preços de alguns serviços prestados à população, que estavam defasados ou eram gratuitos, e redefinir impostos. É prática comum nos dias de hoje na América Latina que pacotes de medidas como estas sejam tomadas por Conselhos de Ministros ou pelo Presidente e o Ministro da Economia, sem a participação do Parlamento ou do povo, como em alguns países que conheço, alguns com fronteiras com o Brasil, e por ética não os menciono. Em Cuba tínhamos o po-

der para proceder da mesma forma, pois o Parlamento tem competência para tal, mas não o fizemos. Os deputados, os dirigentes sindicais, estudantes e camponeses, todos eles, foram falar com o povo. Esse processo durou meses. O governo resistia à crise sofrendo a pressão internacional para resolvê-la. Nesse processo participaram a Assembléia, os trabalhadores, os estudantes, os camponeses, três milhões de pessoas, todos juntos deram sua contribuição, cada um à sua maneira, para resolver os problemas nacionais. Imaginem 3 milhões de pessoas opinando sobre as finanças do País, seus problemas e como resolvê-los! Depois desse processo, o Parlamento tinha todos os elementos: os sugeridos pela população, os fornecidos pelo governo e os dos deputados. Só então passou a adotar as medidas que julgava necessárias. O Parlamento não adotou um pacote específico de medidas. Traçou uma política para o governo e determinou parâmetros de aplicação dessas medidas visando melhorar as finanças internas e enfrentar os problemas econômicos. Após aprovadas, não foram aplicadas imediatamente, mas só após uma explicação ao povo do que seria implementado.

O povo não aplaudiu as medidas. Que povo irá aplaudir o que afeta as suas finanças pessoais? Porém o povo entendeu, compreendeu e respaldou as medidas apesar de ser prejudicado, porque sentiu-se partícipe das decisões, e pôde emitir suas opiniões antes que fossem implantadas as medidas, e uma boa parte dessas foram as propostas pelo povo. As outras, com as quais o povo não concordou e os deputados tão pouco, não foram tomadas. Por exemplo, a criação de imposto direto sobre os salários para melhorar as finanças internas e arrecadar os recursos necessários.

A consequência disso é que, em 1995, o déficit orçamentário foi somente de 600 milhões de pesos contra 5 bilhões, anteriores. No ano de 1994 iniciou-se a recuperação, muito modestamente, de 0,7%. Não foi um crescimento. Tecnicamente não se considera como crescimento. Em 1995, começamos a melhorar a economia do País, e o índice de crescimento ficou em torno de 2,5%. Excluindo a produção açucareira, que decresceu, o índice deve chegar a 7%. Setores importantes, como o turismo, crescem em torno de 17%. Produções muito importantes como o níquel – Cuba é a terceira reserva de níquel do planeta – cresceu 74%. A produção de tabaco cresceu 60% e a de alimentos 13%.

Isso não quer dizer que nossos problemas estejam resolvidos; eles durarão alguns anos. São enormes os problemas econômicos que estamos enfrentando. Porém, não quer dizer que nosso sistema, nosso povo, não tem

sido capaz de recuperar-se em situações tão adversas e seguir adiante. Quantas medidas internas tomamos que não eram concebidas em nossas apreciações e concepções anteriores! Foi legalizada a posse de moeda estrangeira para a população. Antes era proibido por lei a posse de divisas estrangeiras. Hoje é permitida.

Organizamos o mercado de livre concorrência de produtos alimentícios, de produção artesanal e industrial em que o preço é fixado pela oferta e demanda. Esse mercado, em um ano, vendeu um bilhão de pesos, equivalentes a dólares, com o qual se tem beneficiado a produção de alimentos, motivado e incentivado a produção agropecuária. Estendemos ao sistema privado 150 diferentes tipos de ofícios, trabalho que se pode fazer por conta própria, incluindo pequenos restaurantes organizados por famílias.

Tomamos uma medida radical na transferência da terra. Em Cuba existia uma pequena parcela de propriedade da terra que era privada e outra estatal. A Revolução cubana entregou a propriedade da terra aos camponeses que não eram donos, mas arrendatários ou meeiros. A Revolução deu título de posse a mais de 100 mil famílias camponesas. Mas a imensa maioria de terra era estatal e estava distribuída entre grandes empresas estatais, que quando tinham recursos suficientes se justificavam pelo uso de tecnologia de ponta. Porém, nas condições econômicas atuais, não era mais aconselhável mantê-las e, portanto, a maioria das terras estatais para produzir cana-de-açúcar, outros produtos agrícolas e criar gado foram passadas às mãos dos trabalhadores em forma de cooperativas. Vendemo-lhes os equipamentos agrícolas, os instrumentos de lavoura e as instalações. Entregamo-lhes as terras sem vendê-las. Não se vende terra em Cuba, é patrimônio nacional. As cooperativas são donas dos equipamentos e das instalações e, por consequência, dos produtos provenientes de seu trabalho. Os produtos da lavoura são distribuídos entre elas. Hoje os que melhor vivem porque têm divisas são os agricultores. São eles que trabalham a terra e produzem alimentos para a população. Aproximadamente 3 milhões de hectares de terras foram passados às mãos de cooperativas de trabalhadores. Existem quatro formas de propriedade da terra em Cuba: 1- a propriedade privada do camponês que obteve sua terra; 2- a propriedade cooperativada de terras, que reúne os camponeses proprietários, por vontade própria. Não fizemos como na URSS, que coletivizou a terra forçosamente. Em Cuba, os camponeses que desejam obter maior rendimento e usar melhor a tecnologia, associam-se com sua terra às cooperativas; 3- as cooperativas de terras que entregamos aos trabalhadores; 4- as terras de propriedade estatal, que, acima de

tudo, estão dedicadas à pesquisa, aos centros voltados à investigação. Elas são patrimônio de toda a sociedade, pois é através delas que se transmitem os benefícios a todos os produtores. Na prática, têm-se efetuado uma terceira reforma agrária em meu País. Esse é um dos fatores que favorece o crescimento da economia, com a participação da população.

O Parlamento acaba de aprovar uma lei de investimentos estrangeiros, moderna e atualizada. Analisamos a experiência da China, do Vietnã, do México, do Brasil, da Argentina, enfim, a experiência de muitos países e as aplicamos adaptadas às condições concretas. Fizemos uma lei para investimentos. Isto mostra a medida de como a abertura interna que estamos fazendo mais a abertura externa nos permite incorporar-nos ao mundo de hoje, sem ceder os nossos princípios de organização social, política e econômica.

Alguns dos nossos sonhos, alguns projetos de socialismo mais avançados tivemos que retardar, mas não os renunciamos. Retomaremos no momento em que o País esteja em melhores condições, sem querer dizer que essas medidas serão mudadas amanhã, pois são irreversíveis. Temo-las feito no contexto do mundo atual, e sabemos que estamos enfrentando um desafio muito difícil, achar um caminho próprio no mundo monopolizado, no mundo globalizado de hoje. O que pedimos? Que nos permitam, ao povo coletivamente, sonhar dessa maneira. Que nos deixem tranqüilos. Que deixem o povo decidir que tipo de democracia quer e não o tipo de democracia que querem os Estados Unidos. E é só o que pedimos.

A solidariedade é o terceiro elemento pelo qual Cuba resistiu tanto nesses 5 anos. A solidariedade dos povos da América Latina, como a que nos tem dado o povo do Brasil, e que tanto agradecemos. Atualmente 116 Nações na ONU manifestaram-se para que os Estados Unidos levantem o bloqueio. Aproveito esta oportunidade para transmitir, através de vocês, aos estudantes, aos professores e ao povo de todo o Brasil, o agradecimento da solidariedade permanente. Esse apoio, esse sustentáculo moral que nos dão, faz-nos convencer, cada dia mais, que estamos no caminho correto. Caminho, todavia, cheio de sacrifícios, de esforços, de dificuldades, porém um caminho digno que vale a pena percorrer.

Com a queda da ideologia nos países da Europa do Leste, a desintegração da União Soviética e a derrubada do Muro de Berlin, muitos pensam que se enterraram os sonhos socialistas. Isto não é verdade. Qual vai ser o regime mais democrático do futuro? Ele está por vir, mas isto poucos citam quando falam sobre a derrocada final da história do socialismo.

Nesse mundo de 5 a 6 bilhões de habitantes, cerca de 1 bilhão e 400 milhões têm um projeto diferente do capitalismo. China, Vietnã, Coréia, Cuba têm um projeto distinto; vivem esse projeto, adaptando-se às novas condições do mundo de hoje. Quem pode afirmar, como disse no início, que em seu país existe um regime que é democrático e tão perfeito que pode ser o *plus ultra* da democracia e que chegou ao final? Isso ninguém pode afirmar, com tanta fome, com tanta miséria, aumentando cada vez mais a distância entre pobres e ricos, na medida em que cresce a macroeconomia. Com a macroeconomia não se alimentam e não se vestem nem pobres nem ricos. Logo, esse regime de democracia perfeita é um sonho utópico que todos aspiramos, e que ainda não conseguimos alcançar.

O nosso sistema não é perfeito, e sabemos disso. E como sabemos, temos vontade suficiente para fazê-lo melhor, e porque o desejamos melhor, estamos transformando-o, aperfeiçoando-o. Mas como nos ensinou Martí, com o sentido universal do que ocorre no mundo, porém com o tronco cubano, latino-americano, que é o que mais nos convém.



Imprenta:
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025
CGC - 00336024/0001-16

Outros lançamentos da Editora UnB:

Einstein estava certo?
Clifford M. Will

*A minoria próspera e
a multidão inquieta*
Noam Chomsky

Rejuvenescer a velhice (2ª edição)
Maria Laís M. Guidi e
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

O texto da notícia
Elcias Lustosa

A potência do dragão
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

Drogas e sociedade nos tempos da Aids
Richard Bucher

Flauta transversa – método elementar
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –
história social nos sertões do Brasil*
Victor Leonardi

Amigos traiçoeiros
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

Anísio Teixeira

(Depoimento de Anísio Teixeira ao
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514